



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 9, v. I | maio.-out. 2018

p. 26-54.

Infância, arte, gênero, sexualidade e educação: a mordaca e a criminalização em nome da proteção

Raquel Gonçalves Salgado¹

Leonardo Lemos Souza²

Elni Elisa Willms³

RESUMO: Este artigo tem como principal objetivo pôr em discussão marcadores analíticos para a compreensão das infâncias, sexualidades e gêneros, tomando a arte como um campo de problematizações sobre as relações entre essas categorias. Desse modo, tomamos como foco os ataques mobilizados contra duas exposições artísticas, ocorridas em setembro de 2017, no Brasil: *Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*; e a performance *La Bête*, em que um artista nu tem partes de seu corpo tocadas por uma menina e sua mãe, na 35ª Mostra do Panorama de Arte Brasileira, ocorrida no Museu de Arte Moderna (MAM), em São Paulo. Para tanto, analisamos alguns dos comentários de internautas na página do Facebook do Movimento Brasil Livre (MBL), que tem protagonizado uma série de ações políticas de caráter conservador no cenário nacional, sobre essas exposições artísticas. Pelo viés da perspectiva dos estudos feministas e queer, analisamos como a arte e a infância vão sendo enredadas nas discursividades produtoras de normalidade sob o argumento da proteção. A infância protegida deve, portanto, ser vigiada, controlada e bem conduzida para que seu produto final – o adulto – reflita o progresso, a normalidade e a continuidade dos valores patriarcais e heteronormativos, que perpetuam uma família ideal e a humanidade. Além disso, a proteção da infância tem operado como um discurso que tem se reverberado nas políticas conservadoras atuais, as quais trazem, para a pauta da educação das crianças e de suas existências, a moralidade, a produtividade e o empreendedorismo como as rotas ideais da vida.

PALAVRAS-CHAVE: infância; gêneros; sexualidades; arte; educação.

Abstract: This article aims to discuss analytical markers in order to comprehend childhoods, sexualities and genders, assuming art as a field of questions about the relations between these categories. Therefore, we focus on the attacks mobilized against two art exhibitions, occurred in September 2017, in Brazil: *Queermuseum – Difference Cartography in the Brazilian Art*; and the performance *La Bête*, in which a nude artist has parts of his body touched by a girl followed by her mother, in the 35th Panorama of Brazilian Art Exhibition, occurred in Modern Art Museum, in São Paulo. For this purpose, we analyze some of the internauts commentaries in the Facebook homepage of the

¹ Professora associada da Universidade Federal de Mato Grosso. Atua no Programa de Pós-graduação em Educação da UFMT/Rondonópolis e no Curso de Psicologia. E-mail: ramidan@terra.com.br

² Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas e Livre-docente em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Estadual Paulista - UNESP. E-mail: leo.lemos.souza@gmail.com

³ Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e professora adjunto III da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: elnielisaw@gmail.com

Recebido em 28/02/18

Aceito em 27/03/18

Free Brazil Movement, which has led a set of political actions with conservative aspect in the national scenario, about these exhibitions. On the perspective of feminists and queer studies, we analyze how art and childhood have been entangled in discourses that produce normality under the protection argument. Thus the childhood protected must be surveyed, controlled and well conducted in order to its final product – the adult – reflects the progress, the normality and the continuity of patriarchal and heteronormative values, which perpetuate an ideal family and humanity. Besides this, childhood protection has been operated as discourse that has been reverberate in the actual conservative political, which brings to the agenda of children education and existences the morality, the productivity and the entrepreneurship as ideal life routes.

Keywords: childhood; genders; sexualities; art; education.

Resumén: Este artículo tiene como principal objetivo poner en discusión marcadores analíticos para la comprensión de las infancias, sexualidades y géneros, tomando el arte como un campo de problematizaciones sobre las relaciones entre esas categorías. De ese modo, tomamos como foco los ataques movilizadas contra dos exposiciones artísticas, ocurridos en septiembre de 2017, en Brasil: *Queermuseo - Cartografias de la Diferencia en el Arte Brasileño*; y la performance *La Bête*, en la que un artista desnudo tiene partes de su cuerpo tocadas por una niña y su madre, en la 35ª Muestra del Panorama de Arte Brasileña, ocurrida en el Museo de Arte Moderno (MAM), en São Paulo. Para ello, analizamos algunos de los comentarios de internautas en la página de Facebook del Movimiento Brasil Libre (MBL), que ha protagonizado una serie de acciones políticas de carácter conservador en el escenario nacional, sobre esas exposiciones artísticas. Por el eje de la perspectiva de los estudios feministas y queer, analizamos cómo el arte y la infancia van siendo enredados en las discursividades productoras de normalidad bajo el argumento de la protección. La infancia protegida debe ser vigilada, controlada y bien conducida para que su producto final – el adulto – refleje el progreso, la normalidad y la continuidad de los valores patriarcales y heteronormativos, que perpetúan una familia ideal y la humanidad. Además, la protección de la infancia ha operado como un discurso que se ha reverberado en las políticas conservadoras actuales, que traen, para la pauta de la educación de los niños y de sus existencias, la moralidad, la productividad y el espíritu emprendedor como las rutas ideales de la vida.

Palabras clave: infancia; géneros; sexualidades; arte; educación.



1. Uma possibilidade de introdução

As ideias contidas neste texto são parte de um conjunto de reflexões que pretende tensionar linhas de entendimento sobre dissidências de gêneros e sexualidades e suas relações com a infância diante dos ataques, em redes sociais, mobilizados a partir de dois eventos de exposições artísticas, ocorridos em setembro de 2017, no Brasil: o *Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, exposição no Santander Cultural, em Porto Alegre; e a performance *La Bête*, de um artista nu, Wagner Schwartz, que tem partes de seu corpo tocadas por uma menina e sua mãe, na 35ª Mostra do Panorama de Arte Brasileira, ocorrida no Museu de Arte Moderna (MAM), em São Paulo. Nossa intenção é estabelecer a necessidade de construir marcadores analíticos para a problematização das infâncias, sexualidades e gêneros.

Desafiados a agregar a esse tensionamento outros elementos que nos permitam pensar sobre o tema gêneros e sexualidades⁴, buscamos traçar algumas pistas sobre como podemos pensar o gênero como saberes e expressões potentes de inventividade (da vida). Especificamente, pretendemos abrir espaço para um campo de investigação sobre a perspectiva de gêneros e sexualidades a partir de marcadores etários, tomando a arte como viés de problematizações sobre esses entrecruzamentos. Diante desse posicionamento, levantamos as seguintes questões: que discursos públicos sobre os lugares de crianças e adultos são acionados quando a sexualidade entra em cena? Que infâncias são requisitadas nos apelos à censura? Que infâncias, gêneros e sexualidades são amordaçados e expurgados nesses discursos? Que relações entre infância e arte se configuram nos discursos de censura em nome da proteção das crianças? Tais questões se apresentam como os vieses das análises que fazemos sobre discursos produzidos por um dos movimentos que têm liderado a emergência de ações políticas conservadoras no Brasil, nos últimos anos, denominado Movimento Brasil Livre (MBL)⁵, que assumiu protagonismo na censura às exposições artísticas mencionadas acima.

⁴ A opção pelo plural é proposital, por conta da ideia de multiplicidades existenciais contidas nesses termos. A permanência dos termos gêneros e sexualidades juntos tem a ver com posicionamentos políticos a partir dos quais esses quase sempre se interseccionam.

⁵ Trata-se de um movimento político que tem como principal pauta a defesa do liberalismo econômico. Surgiu no final de 2014, com a organização de duas manifestações, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, em apoio às investigações contra a corrupção na classe política. Em 2016, associa-se a forças, como as bancadas evangélica e ruralista do Congresso Nacional, em favor de uma agenda política de Estado mínimo, reformas trabalhista e previdenciária, ajuste fiscal e redução da maioria penal. Atuou, intensamente, à frente de movimentos que derrubaram o governo da Presidenta Dilma Rousseff. Mais recentemente, tem liderado movimentos conservadores de combate à denominada “ideologia de gênero” e se alinhado ao Movimento Escola Sem Partido (informações



Propomos isso porque o cenário crítico em que vivemos hoje exige de nós a produção de efeitos positivados sobre os temas proscritos (censurados) e apócrifos (ocultos), diante das formas como a sociedade civil e os governos (estaduais, municipais e federal), com representações moralistas e fanático-religiosas, produzem um pânico moral que se agencia por discursos e ações políticas, com fortes apelos a uma comoção social, que se conjugam, também, com um movimento de combate à chamada “ideologia de gênero”.

A “ideologia de gênero” se define, para os grupos político-religiosos fundamentalistas que promovem o seu combate, como a imposição de pensar e assumir a existência de expressões de gênero para além de uma demarcação binária dos modos de ser homem e mulher⁶. Mais ainda, a crítica à “ideologia de gênero” se cola à “verdade” sobre como as expressões de gênero se processam ao longo do desenvolvimento da criança, afirmando que há uma trajetória única para dois lugares esperados, marcadamente identitários (no sentido de reconhecimento do sexo biológico-gênero = macho-masculino-homem /fêmea-feminino-mulher), que produzem opressões e expurgos das dissidências sexuais e de gênero, bem como a naturalização de uma masculinidade dominante e de uma feminilidade submissa, que encerram mulheres e homens em modos de ser e viver pautados em hierarquias e desigualdades produtoras de violências.

Estamos vivendo no Brasil um banimento dos gêneros e das sexualidades como direitos ao nos depararmos com o fato de os termos “gênero” e “orientação sexual” terem sido eliminados do texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com os desdobramentos que essa ação tem gerado, tais como: a negação da homofobia, da transfobia, da lesbofobia e de todas as outras formas de violência baseadas nessas identidades, assim como o não enfrentamento, e a consequente naturalização, das violências contra as mulheres. No referido documento, percebe-se que o termo “sexo” se mantém pela via da matricialidade biológica na definição de gênero como um discurso sustentado pelo Movimento Escola Sem Partido (MESP) e reações antifeministas (na Educação Superior, inclusive), que são ações apresentadas como formas críticas ao que denominam como imposições das “diferenças/diversidades” (GALINDO; CAZEIROS; SERRA; SOUZA, 2017).

retiradas dos sites: https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Brasil_Livre e <http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2017/05/escolasempartidomiolo.pdf>, acesso em 21/02/2018).

⁶ O movimento de combate à chamada “ideologia de gênero” foi encampado pelo Movimento Escola Sem Partido (MESP), fundado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, o qual se apresentou, no cenário brasileiro, como um dos grandes articuladores, junto a evangélicos e católicos fundamentalistas, de intervenções em favor do expurgamento da temática de gênero dos planos de educação do País (nacional, estaduais e municipais) e da difusão de discursos conservadores contrários à discussão sobre questões de gênero nas escolas, que sustentaram – e ainda sustentam – a criação de uma série de projetos de lei criados, em âmbitos federal, estadual e municipal, com vistas à proibição e à criminalização desse debate na educação (MIGUEL, 2016).



Os efeitos dessas investidas contrárias ao debate de gênero, na educação e nas demais esferas sociais, estampam vidas vigiadas, controladas e oprimidas, caso não se insiram nessa matricialidade biologizante e binária das sexualidades e dos gêneros, encerrando-os em códigos bem estabelecidos sobre as práticas sexuais consideradas “normais”, “saudáveis” e moralmente aceitas – prevalentemente heterossexuais. Além disso, são definidas como válidas as expressões de gênero que operam sobre as condições biológicas, hormonais e genéticas, determinando uma cisnormatividade (designação sexual correspondente ao gênero) que invade, inclusive, as comunidades dissidentes mais vistas (gays e lésbicas cisnormativos), por exemplo.

Isto já foi denunciado por aqueles que se debruçam em analisar as apropriações das dissidências sexuais e de gêneros pelos discursos médicos, jurídicos, religiosos e capitalísticos, como Michel Foucault, Gayle Rubin e Paul B. Preciado. Autores esses que se ocupam da análise de dispositivos biopolíticos de controle e gestão das sexualidades, das raças, dos gêneros, dos corpos e das sexualidades. Foucault (2006) cria o conceito de dispositivo de sexualidade, o qual se refere a um conjunto emaranhado de discursos, leis, normas, valores, instituições e inúmeros componentes da vida que produzem processos de subjetivação dos corpos, dos sexos, das sexualidades e dos gêneros. Foucault (2006) aponta como se opera o dispositivo da sexualidade a partir do modo como a sodomia se plasma no conceito de homossexualidade, por exemplo, e esse, de problema moral, se transforma em um conceito médico e patológico, vinculado às explicações de enfermidades, como a AIDS, e à estigmatização. Para complementar a operação do dispositivo da sexualidade, Preciado define o conceito de sexopolítica como:

(...) uma das formas dominantes da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo. Com ela o sexo (os órgãos chamados “sexuais”, as práticas sexuais e também os códigos da masculinidade e da feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) faz parte dos cálculos do poder, fazendo dos discursos sobre o sexo e as tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle sobre a vida. (PRECIADO, 2003, p. 1, grifo do autor)

Gayle Rubin (2003) também nos mostra como, em uma história mais recente, as dissidências sexuais se nuclearam em centros urbanos, formaram comunidades e demandaram empregos e construíram uma cultura gay lésbica trans. Diante desse fenômeno, a prática de controle e legislação sobre as sexualidades e os gêneros é produzida pelas comunidades circundantes a esses núcleos como forma de preservar a moral, as boas práticas sexuais e a família. Práticas sexuais, que seriam consensuais, passam a ser controladas e rotuladas como impróprias.



Rubin (2003) lança a crítica sobre os discursos, que mencionam a ideia de pensar sobre sexo (e incluímos aqui gêneros), como um desvio frívolo que serve para nos desfocar de assuntos mais graves. Isso é afirmado cotidianamente nas escolas, que são atravessadas por valores religiosos e conservadores afirmativos da heterocisnormatividade.

É no campo da micropolítica que o enfrentamento pode ser realizado. No entanto, percebemos que ações micropolíticas precisam avançar para produzir efeitos macropolíticos e não ensimesmados, mesmo porque o que essas revolucionam no contexto micro precisa reverberar e dar visibilidade no macro. As micropolíticas são atravessadas pelas macropolíticas, já que são efeitos também do esforço das subjetivações normatizadoras sobre os corpos, gêneros, sexos e sexualidades por meio das leis, discursos e instituições que as legitimam.

Para poder funcionar como contra-bio-tanato-políticas de gênero, las nuevas micropolíticas sexuales deberán estar atentas a los incesantes desplazamientos del marco conceptual en que se redefine la subjetividad normal y patológica: la normalización de la homosexualidad y la inscripción de las llamadas políticas de género en los organismos administrativos y legales se han visto acompañadas de la aparición de nuevas formas de control (i.e.: intersexualidad, anorgasmia, disfunción erétil), así como de una creciente criminalización de la sexualidad masculina (i.e.: pedofilia), en paralelo con la institucionalización estatal de formas de violación y violencia misógina y homófoba. (PRECIADO, 2009, p. 2)⁷

No movimento de uma contra-bio-tanato-política de gênero, intentamos, neste artigo, positivar os saberes e as expressões dissidentes das sexualidades e gêneros nas trajetórias de vida de crianças, jovens e adultos em seus atravessamentos com a arte, a educação e a cultura. Desse modo, trazemos à baila reflexões que se voltam para a problematização da passagem da subalternidade à da perspectiva das expressões dos gêneros e sexualidades, que é tensionada pelos estudos feministas e queer. Para o exercício desse enfrentamento, convidamos todos a nos acompanhar na construção do argumento da potência de vida das infâncias, dos gêneros, das sexualidades periféricas no contexto da arte e da educação. Encontramos essa potência nos estudos feministas e queer quando nos oferecem ferramentas para se pensar gêneros e sexualidades para longe de binarismos e determinismos, bem como quando constroem uma episteme (uma política cognitiva) crítica sobre as existências ao redimensionarem esses conceitos como armas potentes de desconstrução de valores e conhecimentos

⁷ “Para poder funcionar como contra-bio-tanato-políticas de gênero, as novas micropolíticas sexuais deverão estar atentas aos incessantes deslocamentos do marco conceitual em que se redefine a subjetividade normal e patológica: a normalização da homossexualidade e a inscrição das chamadas políticas de gênero nos organismos administrativos e legais que têm sido acompanhadas da aparição de novas formas de controle (ex.: intersexualidade, anorgasmia, disfunção erétil), assim como uma crescente criminalização da sexualidade da sexualidade masculina (ex.: pedofilia), em paralelo com a institucionalização estatal das formas de violação e violência misógina e homófoba.” (Tradução nossa).



perpetuados como verdades, seja como subjetividades possíveis, seja porque as diversidades, ao se expressarem e existirem, produzem efeitos de uma ética e política sobre os corpos e a vida.

2. Sobre o campo de estudos em gêneros e sexualidades

O movimento feminista mais contemporâneo, da década de 1980 até a atualidade, provoca uma revisão dos valores que se direcionava às questões das mulheres. Promoveu uma frente de ações que visava a desconstrução de determinismos biológicos científicos, que conferiam uma essência à mulher, provocando binarismos e excluindo as diversas mulheres possíveis de existir. Seus questionamentos advêm de reivindicações do próprio movimento feminista que, a partir da pergunta “quem é o sujeito do feminismo?” (BUTLER, 2003; BRAIDOTTI, 2004), põem em debate as questões de gênero localizadas numa categoria específica de mulher: branca, classe média, heterossexual, ocidental etc.

Esse deslocamento acabou por produzir uma série de reflexões acadêmicas de mulheres feministas (lésbicas, negras, latinas, trans) na direção de uma epistemologia feminista que abarcasse as diferenças como potência e, ao mesmo tempo, o gênero como uma ferramenta de análise crítica da realidade e delas mesmas. Assim, o gênero não passa a ser um conceito exclusivo para tratar das questões referentes às mulheres cis (correspondência entre sexo biológico e expressão de gênero), mas debruça-se, também, sobre as interseccionalidades com outros marcadores sociais, como sexualidade, raça, classe social, idade, que produzem outras subjetividades importantes de serem contempladas nesses estudos.

Apresentamos, neste momento, algumas leituras dos estudos feministas e queer⁸ sobre esse debate, no intento de mapear o modo como se pensa os gêneros e as sexualidades em seus efeitos críticos sobre as relações com os marcadores etários, expressos como evolutivos (ótimos e progressivos). Considerações essas que abrem espaço para repensar o uso do gênero na pesquisa e nas teorizações em psicologia (AZEREDO, 2010).

⁸ A teoria queer, ou o que se denomina perspectiva queer acerca dos gêneros e das sexualidades, é um conjunto de ideias que se desdobram das produções de autoras contemporâneas feministas e dos estudos gays e lésbicos que se vinculam às contribuições do pós-estruturalismo francês e dos Estudos Culturais norte-americanos. Desde essa origem, trata-se de politizar a sexualidade e afirmar modos de vida considerados desviantes. Ela surge em meio ao enfrentamento das políticas conservadoras em relação aos pacientes com AIDS nos Estados Unidos, na década de 80 do século XX. A atribuição da disseminação da doença era atribuída ao modo de vida homossexual, considerado promíscuo e desviante. Algumas manifestações e a organização de movimentos sociais enfrentaram esses rótulos em busca de direitos, indo para as ruas se mostrar e fazer-se mostrar em toda a sua diferença (SÁEZ, 2007).



Um primeiro conjunto de autoras, como Joan Scott, Gayle Rubin, Judith Butler e Teresa de Lauretis, nos auxiliam no modo como podemos pensar as articulações entre os conceitos de gênero e sexo, de modo a romper com dimensões binárias e deterministas da vida erótica⁹.

Joan Scott (1995) parte das discussões sobre gênero como categoria de análise e destaca seu caráter sociocultural e histórico. Introduz esse papel ao gênero ao criticar os estudos que se pautam na distinção entre os sexos marcada por explicações biológicas. Nessas explicações, afirma-se uma a-historicidade do termo gênero, que define as relações entre os sexos nos moldes do patriarcado – demarcadas apenas pela diferença sexual anatômica –, a partir da divisão sexual do trabalho e das ideias evolucionistas sobre as exigências para a reprodução biológica da espécie.

As considerações sobre os estudos de gênero, realizadas por Scott (1995), se dão no campo da historiografia. A autora traz para o campo da história o gênero como categoria de análise ao integrar as diferentes posições dentro desse campo e dos estudos feministas. Dessa forma, define o gênero como “(1) ... um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

A obra de Scott, que tece uma crítica dura ao patriarcado, é seminal em muitas discussões sobre o debate de gênero nos feminismos e nas ciências humanas. Embora essa leitura tenha aberto espaço para a crítica dos discursos biologizantes e dualistas do sexo e do gênero, outras propostas produziram uma radicalidade nessa episteme. A chamada perspectiva queer é tomada como frente de investigação pelas ciências sociais e pela filosofia, empreendendo uma crítica à naturalização das sexualidades e dos gêneros ao questionar binarismos, essencialismos e universalismos. Tal crítica se ancora na problematização das hierarquias baseadas nas diferenças entre os sexos, que produzem práticas discursivas sexistas que, geralmente, situam as mulheres na condição de subordinação ao masculino, e dos fundamentos da vida social baseada somente na heteronormatividade, dada como obrigatória, o que implica em excluir outras formas de vivências e expressões de gêneros e das sexualidades dissidentes das normas sociais.

Teresa de Lauretis (1994) foi a primeira autora a abordar o termo “teoria queer” em sua obra. Sua preocupação parte da necessidade de superar o conceito de gênero baseado na diferença

⁹ O termo erótico é uma alternativa ao termo sexualidade para pensar a incursão do social na vida afetiva vinculada ao sexo. Trata-se de uma tentativa de romper com o uso do termo “sexualidade” para referir-se ao sexo, ou ao ato sexual propriamente dito. Sugere-se o termo erótico como algo que destaca a complexidade da vida sexual, afetiva e social.



sexual. Por um lado, essa perspectiva permite construir um pensamento feminista ancorado na binaridade, remetendo à essência da mulher e, por outro, reforça uma epistemologia feminista sustentada na crítica ao patriarcado, cujo sujeito é oposição ao masculino. Ao contrário, necessita abarcar um sujeito atravessado pelo gênero, que está num campo social heterogêneo, marcado por questões de raça, sexo e classe social.

Essa autora, ainda, oferece subsídios para pensar o gênero como uma tecnologia. Como representação e autorrepresentação, o gênero é produto e processo de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, os discursos e as práticas sociais cotidianas. O gênero é relacional, posto que se refere à representação de uma relação, à condição de pertencer a uma classe (ampliação do termo para além do sexo), ou seja, remete à ideia de pertencer a algum lugar.

Quando o que é “privado” se torna “público”, ou “põe a cara no sol”, é estigmatizado, vigiado, violentado, exterminado. Travestis e putas, à luz do dia, devem ser invisibilizadas. A noite é o seu lugar. As mulheres estão dentro e fora da representação do que é ser mulher num modelo androcêntrico e patriarcal: puta/esposa/infértil/parideira/mãe/negação da maternidade/doméstica/trabalha fora de casa. O deslocamento da mulher/mulheres no conceito de gênero pelos feminismos, segundo Lauretis (1994), provoca uma contradição irreconciliável: dentro e fora do gênero, dentro e fora da representação. São postas à baila aproximações e distanciamentos com o patriarcado, o androcentrismo e a heterocisnormatividade.

Gayle Rubin (2003) nos sugere pensar as dimensões interseccionais que envolvem a produção de uma hierarquia de valores sobre o sistema sexo-gênero e nos apresenta as diversas composições acerca das sexualidades e gêneros. Indica-nos, ainda, que, nas bordas do círculo, em seus limites exteriores, estão o que é mau, anormal, não natural: homossexuais, promíscuos, sadomasoquistas etc. Esses ficam longe da parte encantada e saudável do círculo, que se refere ao sexo heterossexual, monogâmico, procriativo, em dupla, sem pornografia.

Aqueles que fogem da norma estabelecida, nesse caminho do sistema sexo-gênero, vão ocupando as bases da pirâmide ou as bordas do círculo como menos favorecidos no contexto sócio-político-econômico de uma sociedade. Nesse lugar, está o que a sociedade considera como população abjeta: travestis, transexuais, negras, pobres, lésbicas, gays, negros, sadomasoquistas etc. São aqueles que, por fugirem da norma, produzem efeitos de normalização, legalização e controle de suas sexualidades. O resultado da operatividade do sistema sexo-gênero é esmiuçado por Rubin (1993, p. 2) como “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a



sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas.”

Sob uma visada centrada em uma hierarquia com base no sistema sexo-gênero, que é representativa da diferença sexual, as identidades de gênero e suas práticas sexuais devem corresponder: sexo biológico feminino – mulher – identificação com modos, valores, afetos, pensamentos considerados exclusivamente femininos (cuidado, sensibilidade, delicadeza etc); sexo biológico masculino – homem – identificação com modos, valores, afetos e pensamentos considerados exclusivamente masculinos (razão, força, agressividade, insensibilidade etc).

Interessante notar que as migrações das populações eróticas descritas por Rubin (1993) nos Estados Unidos e na Europa, nas décadas de 60 a 80, indicam como, ao se deslocar da periferia ao centro, essas comunidades provocaram efeitos de práticas de controle das sexualidades. A necessidade de estar no urbano/centro para existir (economicamente, socialmente e afetivamente) provocou efeitos de anulação e controle. As expressões sexuais e de gêneros periféricas não podem existir na centralidade, nem social, nem geográfica. Devem existir de maneira apócrifa e no gueto, voltadas para si mesmas, e sob a gestão de mecanismos de regulação dados pelos dispositivos de controle (leis, violência, opressão).

Judith Butler (2003) insere na problematização sobre o conceito de gênero nos feminismos outra dimensão no sistema sexo-gênero, o desejo, como forma de pensar um sistema sexo-gênero-desejo, no qual se produzem pluralidades de existências. Assim, uma pessoa pode nascer do sexo masculino, com gênero feminino e ser lésbica. O conceito de gênero, de Judith Butler, interroga os binarismos e determinismos produzidos pela ordem discursiva normatizadora (da heterossexualidade, do androcentrismo etc). Para a autora, o gênero é um ato performativo intencional, em que se subverte a ordem estabelecida e produzem-se significados sobre o masculino e feminino. Há um tensionamento sobre a relação entre a natureza (da qual a origem dos sexos provém) e a cultura (na qual o gênero poderia estar alocado e somente seria a expressão do dado natural). Na lógica de um alinhamento sexo-gênero, esse último fica aprisionado pelo primeiro. No entanto, para Butler (2003), ele se desloca, flui, performatiza outras possibilidades de existência. Assim como Rubin (1993; 2003) e Lauretis (1994), as proposições de Butler (2003) buscam produzir, também, uma crítica aos feminismos, baseada nas diferenças sexuais estabelecidas pelo sistema sexo-gênero.

A ideia de performatividade insere o gênero no plano da discursividade e da experiência (não submissão da gendricidade à matricialidade biológica). Essa ideia permite, de fato, conferir



visibilidade às expressões de gênero, que subvertem o conceito de gênero colado à identidade e o libertam das amarras dos dualismos explicativos (natureza e cultura) e dos binarismos (masculino e feminino). O que interessa a Butler (2003) é uma leitura difusa e não da gênese do gênero. O foco está em como ele escapa, atravessa e se vincula a instituições e práticas ao longo do tempo e quais os efeitos de verdade que isso produz. Pensar o corpo é uma alternativa para Butler (2011) para se pensar o gênero. Para ela, o corpo não pode existir fora de uma discursividade do gênero, embora a sua materialidade exista, mas só a apreendemos a partir do discurso generificado.

Haraway (1995) discorda da potencialidade do conceito de gênero isolado – por vezes, ele é isolado, inclusive do sexo. Pensar na produção das corporalidades pode ser uma via para superar os dualismos incitados pelos conceitos tradicionais de gênero e de sexo. A metáfora do “ciborgue” (HARAWAY, 2016) é um recurso da autora para descolonizar o pensamento de dualismos, universalismos e essencialismos.

Num quadro geral da discussão sobre o gênero no feminismo, podemos afirmar que a produção desse conhecimento provocou questionamentos sobre o pensamento ocidental de tradições e costumes e sobre a própria ciência. As autoras que destacamos defendem a capacidade de os feminismos provocarem deslocamentos a partir da reformulação dos problemas inicialmente interpelados pelas mulheres sobre as suas experiências. Isso implica em produzir deslocamentos nos modos de pensar, sentir e agir, articulando-os com outros mundos, como o da arte, e com outras experiências e temporalidades, como a infância.

3. Inocência e desenvolvimento: discursos que capturam a infância e a sexualidade

A infância, mais do que um tempo de vida demarcado pela ciência psicológica e um tempo de formação humana, foco importante das intervenções pedagógicas, consiste em uma categoria social e histórica, que se funda como um dos importantes pilares do capitalismo moderno ocidental. A infância, assumida como o tempo de vida das crianças, institui-se como um conjunto de discursos que fazem existir modos de pensar, relações e sentimentos, que, de formas singulares, ganham corpo na vida social de crianças e adultos. Entre esses discursos está a infância como o tempo da espera, para o qual são lançadas expectativas de um futuro promissor e, junto a essas, são traçados os requisitos a serem cumpridos na trajetória em direção a esse porvir esperado e prometido. Nem tempo delimitado pela linearidade do *cronos*, nem tempo de espera pelo futuro cobiçado, nem



tempo de investimentos para o cumprimento da promessa, a infância, como já dizia o filósofo Walter Benjamin (1985), é a alegoria de uma experiência e história que quebram os elos dos acontecimentos alinhados, subvertendo a ordem temporal ao trazer, para o presente, o inusitado, as diferenças, as interrogações críticas em relação ao passado e ao futuro, que, nesse devir, se desfazem como o tempo do desígnio da vida.

A inocência consagra-se, nessa rede discursiva, como o atributo emblemático da infância, que, como destaca Henry Jenkins (1999), ganha um sentido mítico ao se estabelecer como a “natureza infantil”. Decorrem desse binômio infância-inocência concepções que produzem valores, práticas sociais e políticas, as quais circunscrevem as relações entre crianças e adultos. Acoplada ao conceito de infância está, também, a produção de uma moral sexual, que começa a ganhar notoriedade na sociedade ocidental europeia no século XVII (ARIÈS, 1981), de modo a fazer da sexualidade das crianças o mais importante divisor de águas entre infância e vida adulta.

É, nesse contexto da modernidade que Foucault (2006) situa suas análises sobre a produção da sexualidade como um dispositivo de poder ao ser posta em discurso, uma vez que sua eficácia está muito mais na construção de regimes de verdade, que passam a conferir inteligibilidade e existência aos prazeres, do que na repressão sexual. Nessa perspectiva, todo o corpo social é convocado a falar da sexualidade de forma prolixa como mecanismo de torná-la objeto a ser minuciosamente examinado pelas ciências, práticas educativas e morais, instituições e políticas. Faz-se necessária a produção de discursos de verdade sobre o sexo, que, como analisa Foucault (2006), carregam uma “vontade de saber” que os sustenta.

A sexualidade das crianças se insere intensamente nessa rede discursiva, o que se faz notar na proximidade das instituições pedagógicas do século XVIII em torno desse assunto. “O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separação, com ou sem cortina), os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças.” (FOUCAULT, 2006, p. 34).

Família, Igreja, ciência e escola são instituições partícipes dessa rede discursiva em torno da sexualidade das crianças, com o objetivo de capturá-las e mantê-las enredadas nessa teia que penetra e esquadrinha corpos e prazeres. Até mesmo o que escapa da captura desse dispositivo, o que se apresenta como singular e diferente, não fica ileso, posto que é precisamente definido e fixado: a modernidade “produz e fixa o despropósito sexual” (FOUCAULT, 2006, p. 55).



O século XVII, afirma Foucault (2014), institui uma “teologia moral” (p. 59), cujo propósito é cancelar a verdade da sexualidade. Teologia essa que, na sociedade ocidental, encontra no Cristianismo as técnicas necessárias para a produção de regimes de verdade sobre o sexo. A confissão pastoral, por exemplo, mostra-se como um desses mecanismos que perscruta o corpo a fim de encontrar e nomear as “indecências” que nele, porventura, se fazem presentes.

Configura-se, assim, um sistema poder-saber-prazer, que requer a sexualidade das crianças, não para combatê-la, mas para tomá-la como ponto de sustentação de práticas de vigilância, controle e fiscalização (FOUCAULT, 2006). O alvo desse sistema é o escrutínio minucioso do que se manifesta como prazeres para que seja encerrado em categorias, que são produtoras de corpos e sujeitos.

Assim como a inocência, retórica que normatiza a sexualidade das crianças, o desenvolvimento humano é outro campo discursivo que captura a infância, colocando-a como um dos alvos privilegiados do projeto social de nação, movido pela perspectiva do progresso. Erica Burman (2008; 2009), autora que assume a perspectiva feminista para problematizar a psicologia do desenvolvimento, argumenta que a teorização produzida nesse campo científico, também, constituiu-se como um regime de verdade sobre a infância ao estabelecer normas e expectativas que qualificam sujeitos, além de se configurar como um discurso moral-político, cuja ênfase na construção de competências está perfeitamente engatada na ideia de formação do indivíduo produtivo e adaptado às demandas do mercado global. As conexões entre a psicologia do desenvolvimento e os modelos colonialista e imperialista de desenvolvimento econômico, argumenta Erica Burman (2008), são estreitas porque ambos apostam no progresso e na ideia de que sujeitos e sociedades “devem” avançar para algo mais perfeito, adaptado e de maior organização. “A ideia de estágios de desenvolvimento reflete e reorganiza grandes eixos de desigualdade dentro e entre as sociedades – então organizadas em torno de gênero, “raça” e relações de classe, orientação sexual e (in)capacidade, bem como idade.” (BURMAN, 2009, p. 270, grifo da autora).

Na tessitura desses discursos, cria-se uma criança imaginária, que, embora descolada das crianças da vida social, atua como a imagem que todas elas devem refletir (PALMARY; MAHATI, 2015 apud BURMAN, 2015). Desse modo, a psicologia do desenvolvimento arbitra cotidianamente sobre as necessidades do desenvolvimento das crianças, produzindo um conjunto de verdades, normas e julgamentos políticos, culturais e históricos, que definem e decidem sobre o bem-estar e a proteção da infância (BURMAN, 2008).



O desenvolvimento infantil modelar, produzido pela psicologia, afirmam Erica Burman e Jackie Stacey (2010), carrega o ideal de uma infância branca, de classe média e culturalmente masculina, que se inscreve como o ponto de partida de uma trajetória guiada pela norma do desenvolvimento que vai da irracionalidade à racionalidade, da dependência à autonomia. Na construção dessa infância prototípica, a heteronormatividade também ocupa lugar significativo, alinhada à ideia de um futuro que segue em direção à reprodução (EDELMAN, 2004 apud BURMAN; STACEY, 2010).

Na rota desse desenvolvimento ideal e para que a sua teleologia se cumpra, tornam-se indispensáveis a vigilância e a fiscalização da sexualidade das crianças. Corpos de crianças que escapam dessa rota, ao confundirem as suas metas e se mostrarem diferentes, contraditórios e híbridos, borram a imagem da criança encarnada na “inocência original”, que opera como o discurso fundante de toda história que tem na “inteireza” a sua consagração e faz da individuação o drama da vida, história essa marcada por uma “política reprodutiva – renascimento sem falha, perfeição, abstração” (HARAWAY, 2016, p. 90). São retóricas do desenvolvimento humano que, ao consagrarem a vida como uma trajetória de progresso desde uma origem a um *telos*, não admitem as diferenças, as dissonâncias e as possibilidades de ser que escapem de uma identidade centrada, coerente e pautada no alinhamento sexo-gênero, como já abordamos ao tratar das problematizações de Butler (2003) no campo dos estudos de gênero. Nessas retóricas, é confiscado o direito da criança ao seu próprio corpo e aos seus prazeres. Como “artefato biopolítico que garante a normalização do adulto” (PRECIADO, 2013, p. 98), cabe à criança ter seu corpo enunciado, escrutinado e categorizado em nome da proteção.

4. O pânico e a censura na arte: as mordças nos corpos e na infância

Começamos por pensar que a arte e a sexualidade, como discursos culturais, produzem múltiplas leituras, como vimos demonstrando ao longo deste texto ao tratar das sexualidades. Ostrower (2008), ao se debruçar sobre os processos de criação, faz um profundo levantamento nos planos analítico, histórico e crítico da arte para defender que, ao criar algo, o artista ordena, configura e pode, dessa maneira, se colocar contra a alienação e a tentativa de normatização ou regulação próprias das sociedades contemporâneas, inclusive no tocante às questões da sexualidade. Observa-se, neste momento histórico, inflacionado por imagens e informações – muitas vezes discordantes –, que o sujeito tem se mostrado altamente alienado.



O homem contemporâneo, colocado diante das múltiplas funções que deve exercer, pressionado por múltiplas exigências, bombardeado por um fluxo ininterrupto de informações contraditórias, em aceleração crescente que quase ultrapassa o ritmo orgânico da vida, em vez de se integrar como ser individual e social, sofre um processo de desintegração. Aliena-se de si, de seu trabalho, de suas possibilidades de criar e de realizar em sua vida conteúdos mais humanos (OSTROWER, 2008, p. 6).

A autora defende que a arte, como toda atividade humana, é sempre tributária de um contexto cultural. O artista, impregnado de valores culturais, vale-se dos elementos, recursos e materiais concretos e subjetivos para agir e produzir algo: “A materialidade seria, portanto, a matéria com suas qualificações e seus compromissos culturais. É ela, matéria cultural, que propõe os confins do possível para cada indivíduo” (OSTROWER, 2008, p. 43, grifos da autora). Os corpos, nessa perspectiva, são também materialidades que se dão à produção de discursos. Esses confins do possível são relativos, dinâmicos, mutáveis, permeáveis a novos ordenamentos e configurações, como a própria vida humana. Quase sempre os artistas ultrapassam os limites culturais, pois ser criativo, em arte, pressupõe quebrar padrões, interligar os “dados mais diversos, numa sistematização tão profunda, que abrangeria uma visão toda nova de vida” (OSTROWER, 2008, p. 44, grifos da autora). Convocar o olhar para novas possibilidades, eis uma das funções da arte que faz uso do corpo como forma de expressão cultural, estética e também política.

Essa visão das muitas formas de se viver a sexualidade humana foi objeto da Exposição *Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, realizada no Santander Cultural, em Porto Alegre, em setembro de 2017, como se pode notar na reportagem do jornal Zero Hora¹⁰:

Acionar a questão da diferença sob uma perspectiva queer, em uma exposição, não é algo recorrente. Ainda mais com uma abordagem canibalista, nos termos do manifesto antropofágico de Oswald de Andrade, convergindo para uma questão de gênero. O *Queermuseu* é o museu ficcional e metafórico no qual a expressão de gênero e a diferença são exercidas em sua plena liberdade. Nele, os parâmetros restritivos do cânone artístico não são mais dominantes, e o aparato museológico mostra-se desestabilizado. Obras convivem fora de uma hierarquia estrita, e a cronologia foi abolida para propiciar saltos conceituais no tempo, possibilitando que obras do passado convivam com as do presente.

Cobrindo um amplo espectro de imagens em que se mostram as múltiplas performances e manifestações da sexualidade queer, a exposição foi atacada por grupos ativistas conservadores como sendo um desrespeito à moral e aos bons costumes (vide nota de rodapé nº 13 neste texto), como se fosse possível que todos os sujeitos se encaixassem em apenas uma forma de ser: baseados

¹⁰ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/artes/noticia/2017/08/curador-explica-como-sera-o-queermuseu-nova-exposicao-no-santander-cultural-9867491.html> (acesso em 04/12/2017).



na heteronormatividade. Teóricos queer, embora não tenham uma visão unânime – nem poderiam –, destacam as diferenças e diversidades em relação ao que se toma por “normal”, ou seja, defendem que corpos tidos como estranhos, segundo Louro (2004), desfrutem da condição marginal em que se encontram. O uso de artifícios, como maquiagem, roupas, calçados, acessórios diversos ou até mesmo a “afetação”, compõe esse cenário para chamar a atenção para um modo de ser que quer se apresentar sem culpa, portanto, sem julgamento. Sendo assim, essa teoria pretende provocar o pensamento para esses modos de ser, colocando em xeque categorias clássicas de análise. Tal foi o propósito da exposição *Queermuseu*: mostrar que há muitas formas de celebrar a vida e sua erótica. No entanto, o exercício dessa plena liberdade teve seu custo. A exposição foi encerrada antes do prazo. Cabe perguntar: por que a estética queer incomoda? Em especial, uma das obras da artista plástica Adriana Varejão, reconhecida nacional e internacionalmente, foi alvo de intensos ataques por parte de Movimento Brasil Livre (MBL). Fazemos um brevíssimo exercício de olhar para a tela.



Fig. 1 - Cena de Interior II, Adriana Varejão, 1994¹¹

Não é uma tela feita sob encomenda para a exposição *Queermuseu*, pois data de 1994. A técnica utilizada lembra pergaminhos orientais sob papel de arroz. As cenas trazem jogos sexuais a sós, em dupla ou em grupo, realizados nos mais diferentes lugares de um espaço, por vezes, inusitado, que se mostra independente ao espectador. Não sabemos se os jogos são consensuais ou

¹¹ Retirada do site da artista: <http://www.adrianavarejao.net/pt-br/cena-de-interior-ii> (acesso em 03/02/2018)



violentos. Eles mostram diferentes formas de realização do desejo humano e, segundo a artista, não pretendem julgar tais práticas, algumas baseadas em narrativas literárias ou coletadas em viagens pelo Brasil. Evocam as tradicionais gravuras japonesas – *chugas* –, arte erótica, que tem raízes na medicina chinesa desde o século XIII e representavam doze atos sexuais que o rei deveria praticar como expressão do *yin yang*. O que queremos sinalizar é que a representação do desejo humano por meio de gravuras, nos confins dos possíveis, como assinalado por Ostrower (2008) anteriormente, tem longa história.

Em 1967, momento histórico e de plena ditadura no Brasil, Hélio Oiticica escreveu um texto em que destacava seis características que os artistas brasileiros deveriam enfrentar naquele cenário, ainda válidas para os tempos atuais: “1) vontade construtiva; 2) tendência para o objeto; 3) participação do espectador (corporal, tátil, semântica); 4) abordagem e tomada de posição em relação a problemas políticos, sociais e éticos; 5) tendência para proposições coletivas; 6) ressurgimento e novas formulações do conceito de antiarte”.¹²

No texto de abertura da 35ª Mostra do Panorama da Arte Brasileira, realizado no Museu de Arte Moderna (MAM), de São Paulo, ocorrida no período de 27 de setembro a 17 de dezembro, o curador Luiz Camilo Osório aponta: “Misturar poéticas conflitantes, trazer outras vozes e gestos para dentro das instituições que constroem as narrativas hegemônicas, revelar antagonismos e diferenças, tudo isso é parte de uma ideia de Panorama e de uma discussão sobre o Brasil”¹³. Brasil esse que tem sido palco de um crescente conservadorismo moral.

Podemos incluir a escola no rol dessas instituições produtoras de narrativas hegemônicas, como menciona o curador da Mostra realizada no MAM. Galeffi (2007) defende que a educação estética pode ser um dos eixos estruturadores do currículo para aprender a ser o que se é. Para tanto, é preciso “conceber estratégias e projetos de ação que possam ser experienciados na prática pedagógica” (p. 98). Um museu ou uma exposição é claramente um espaço pedagógico, portanto, aberto ao diálogo com as diversidades humanas. A arte provoca lições de estranhamento, mostra o avesso, o interior, o imaginado e até aquilo que é escondido ou realizado na intimidade. É preciso mobilizar o comum, de maneira a mostrar a diferença, testando e fazendo o inusitado. As crianças fazem isso, como aponta Holm (2005): “Aprendendo que uma tarefa pode ter várias soluções, adquirimos força e coragem. As crianças adquirem isso na oficina de arte. Eu lhes apresento um desafio, que nunca tem uma resposta definida” (p. 9). Com as rédeas soltas, as crianças – como os

¹² Citação retirada do site: <http://mam.org.br/exposicao/35-panorama/> (acesso em 03/02/2018).

¹³ Mesmo site citado anteriormente.



artistas – brincam e criam livres de limitações. Frequentemente, fazem construções e instalações com materiais diversos, profundamente imersas em processos criativos, descobrem soluções e quase tudo isso sem controle, pois “criar é investigar o desconhecido”, como destaca Holm (2005, p. 12). É esse o papel da arte que as crianças vivenciam tão bem nas oficinas propostas pela autora, cheias de coisas diferentes e incomuns, criando e brincando. A sexualidade também tem essa conotação criativa quando faz uso de novos locais, arranjos ou posições, objetos, aromas e sabores, novos experimentos – a sós, em dupla, em grupo e/ou com pessoas que vivenciam diferentemente seus desejos. Há uma possibilidade ampliada de experiências que a cartografia do *Queermuseu* apenas evidenciou como sensibilidade estética e, quiçá, erótica, como apontado acima neste texto: manifestações de corpos desejantes e desejáveis, que mostram como pode-se experimentar sensivelmente o corpo. Galeffi argumenta que:

A sensibilidade é definitivamente uma primeira linguagem: uma origem comum. Sensível é o que é afetado em seu modo de ser e aparecer. Sensível é tudo o que pode ser tocado e modificado em sua gênese primordial. Sensível é tudo aquilo que é tocado pelo acontecimento da linguagem: uma invenção muito antiga, um acontecimento muito recente. Todo sensível corresponde à corporalidade do manifesto. Sem corpo não há sensibilidade, sem sensibilidade não há corpo. Toda sensibilidade, assim, é corpo vivente: *modo de ser do que é em seu acontecimento anímico*. A sensibilidade é o sentido do corpo. Tudo o que vive é sensível de múltiplas maneiras. (GALEFFI, 2007, p. 98, grifos do autor).

As formas como percebemos e lidamos com o corpo repercutem configurações históricas. Na tradição judaico-cristã, o corpo foi desprezado e tornado vilão, colocado no lugar do que comete pecado, negado como desejo, com a intencionalidade de controlá-lo como lugar de prazer para que pudesse cada vez mais servir à produção econômica ou ao acúmulo de capital. Não interessa para a sociedade capitalista um corpo que brinca, que joga, que se diverte, que produz arte e se expande. Interessam corpos disciplinados e obedientes. Numa palavra: produtivos.

Segundo a tradição da sociedade moderna ocidental, o mundo dos sentimentos estéticos é próprio de uma cultura dos principados e dos palácios reais. Só os nobres tiveram acesso ao gosto cultivado da arte bela e da poesia, com todas as implicações disto. As manifestações populares do sentimento estético sempre foram desvalorizadas e naturalizadas em suas aparentes mesmices. (GALEFFI, 2007, p. 100).

Em todas as sociedades, em todos os tempos, sempre há corpos que se rebelam e buscam outras formas de se expressar. Por isso, é preciso compreender que, por trás das proibições de determinadas formas de expressão, estão em jogo interesses muito bem estruturados sobre os quais é preciso problematizar. Além disso:



Há, ainda, o predomínio de certas formas estéticas que trazem o ranço do racionalismo metafísico burguês, que concebem a sensibilidade e a arte apenas referente ao mundo da civilização europeia dominante, para o qual a música é Beethoven e Bach, a literatura é Cervantes e Goethe, a poesia é Alighieri e Camões, o teatro é Shakespeare e Brecht, a ciência é Galileu e Newton etc., sempre segundo uma lógica da exclusão e do privilégio. (GALEFFI, 2007, p. 101).

Para Ostrower (2008), a forma é estruturante, ou seja, por meio da escrita, do movimento, da cor, das imagens etc, os artistas colocam em cena elementos e princípios que dialogam com o mundo, simbolicamente. Põem em questão aspectos interiores e exteriores aos sujeitos: “vemos o ato criativo vinculado a uma série de ordenações e compromissos internos e externos” (p. 26). As obras do *Queermuseu* tensionaram, provocaram e trouxeram à tona todo um caldo imaginário que manifestou de forma explícita o preconceito e a violência para com as diversas formas de desejar e existir, trazidas aqui por meio dos excertos anteriormente citados.

Em final do ano de 2017, no início de novembro, a filósofa Judith Butler quase foi enxotada do Brasil, numa série de manifestações violentas, sob a acusação de defender valores contrários às famílias. Butler veio ao Brasil para falar das ameaças à democracia e seu trabalho a respeito da situação de Israel e Palestina, como uma das convidadas do seminário internacional *Os Fins da Democracia*, realizado no Serviço Social do Comércio (SESC/Pompeia), em São Paulo, entre os dias 7 e 9 de novembro de 2017. O evento recebeu outros intelectuais e ativistas dedicados a diversas áreas do conhecimento, que discutem o tema da democracia, como Susan Buck-Morss, Monique David-Ménard, Rahel Jaeggi, Vladimir Safatle, Wendy Brown, Natalia Brizuela, Christian Dunker, entre outros.

Em setembro de 2017, o Santander Cultural cancelou a exposição *Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*. Com curadoria de Gaudêncio Fidelis, essa exposição reuniu 270 trabalhos de 85 artistas que abordavam a temática LGBT, questões de gênero e de diversidade sexual. As obras percorriam o período histórico de meados do século XX até os dias de hoje e eram assinadas por grandes nomes, como Adriana Varejão, Cândido Portinari, Fernando Baril, Hudinilson Jr., Lygia Clark, Leonilson e Yuri Firmesa, entre outros. A exposição foi fechada sob a acusação de “que algumas das obras promoviam blasfêmia contra símbolos religiosos e também apologia à zoofilia e pedofilia” (EL PAÍS, 2017)¹⁴. Entre diversas reações conservadoras

¹⁴ Dados obtidos na internet: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html (acesso em 02/12/2017).



nas redes sociais, alguns críticos de arte também manifestaram-se para apontar o momento de censura em que estamos vivendo:

Antonio Grassi, ex-presidente da Fundação Nacional de Artes e atual diretor executivo do Inhotim, acha lamentável que uma exposição seja interrompida dessa forma. “A arte é o melhor lugar para debater. Eu vejo como preocupante esse tipo de movimento que impulsiona esse tipo de intransigência com o debate. Essas ideias de intolerância são incompatíveis com a arte. É uma censura”, disse ao jornal “El País”.¹⁵

Para Ostrower (2008), a criatividade é o cerne de uma experiência vital, necessariamente elaborada num contexto cultural e, por isso, pode convocar os sujeitos para se insurgirem contra o totalitarismo de uma única forma de ser ou viver. Os processos criativos, para essa autora, são os espaços de vitalidade da realização do que é singular em cada um. Num mundo governado por imposições políticas e econômicas, é cada vez mais difícil o exercício dessa singularidade. Reside aí a importância dos artistas como aqueles que, muitas vezes, inauguram espaços de discussão, de problematização, de denúncia ou de admiração desse real que nos convoca.

Retomando os dois eventos abordados anteriormente, as agressões à visita de Judith Butler ao Brasil e o fechamento da exposição *Queermuseu* – não isolados –, questionamos: o que ambos estão apontando para nós, educadores/as? Estamos diante de um projeto de sociedade que está fechando as portas para os direitos, para a liberdade de expressão e para o respeito às diversidades e diferenças. Por não termos investido, historicamente, com profundidade em uma educação crítica, temos, ainda, um grande número de pessoas com escassas referências para compreender questões conjunturais, como pertencimento de classe, etnia e gênero, por exemplo, razão pela qual são presas fáceis de grupos com interesses escusos, que as manipulam, invertem conceitos, disseminam o ódio e, com todo esse movimento, impedem o respeito às diversidades de ser e existir, evidenciando discursos e atos de barbárie. Dessa forma, instalam-se o medo e o pânico, em nome de uma pretensa moral e de um suposto modelo de família, numa perspectiva claramente totalitária e, portanto, ameaçadora.

Nas bordas das sociedades, pulsam outros devires (VILELA, 2001). Feridos, violentados ou expulsos do centro, essas “gentes” ou essas “minorias são os devires que escapam ao controle, as minorias que não cessam de ressuscitar e de fazer enfrentamento” (p. 234). Os artistas, que participaram das exposições em pauta, ergueram e colocaram essas “gentes” e seus corpos em condição de enfrentamento, mostram as suas re-existências e resistências, dando-lhes visibilidade

¹⁵ Idem.



política por meio da arte. É posta em cena uma clara expressão estética de uma ética que incomoda porque exala o prazer, a erótica, a existência íntima. Esses devires, tão humanos, não interessam a uma sociedade alinhada com valores conservadores e totalitários, como a que se desenha, neste momento, no Brasil. Contudo, estamos aqui para denunciar esse alinhamento, colocando-nos contrários a esses valores e reafirmando a potência do desejo, da arte, da erótica, das diversidades e de modos de ser e existir.

5. Em nome da moral e da inocência: discursos públicos de censura à arte quando infância e sexualidade entram em cena

Em setembro de 2017, assistimos nos principais meios de comunicação do país e, sobretudo, nas redes sociais, à comoção social gerada por dois eventos de exposições artísticas, impulsionada por imagens e cenas que trouxeram à tona a relação entre infância, sexualidade, corpos nus e arte, que foram: o *Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira* e a performance de um artista nu, cujo corpo é tocado por uma menina e sua mãe, na 35ª Mostra do Panorama de Arte Brasileira. Ambos os eventos foram alvos de censuras e expurgos explícitos nas redes sociais, promovidos pelo Movimento Brasil Livre (MBL), que tem protagonizado uma série de ações políticas de caráter conservador no cenário nacional, tais como as que repudiaram as exposições artísticas aqui mencionadas e, no contexto educacional, as que dão sustentação para o combate à denominada “ideologia de gênero” e para o Movimento Escola Sem Partido (MESP).

São muitos os vetores possíveis de análise e discussão dos discursos presentes nesses movimentos de censura às exposições artísticas, no entanto, para o escopo deste trabalho, nos debruçamos sobre as seguintes questões: a infância a ser preservada e que aparece como um dos alvos principais dos discursos públicos; os lugares sociais e as relações entre crianças e adultos acionados, nesses discursos, quando infância e sexualidade estão associadas; o que se desenha como grotesco e profano nas relações entre infância, corpos, sexualidade e arte.

Para fundamentar o viés analítico que assumimos, recorreremos a Foucault (1996) quando trata do discurso como produção de regimes de verdade. Nem representação nem significação, o discurso, nessa perspectiva, configura-se como acontecimento, como aquilo que produz realidades e também as subverte. Nesse esforço de fazer existir coisas, o discurso exerce poderes. Muito mais do que representar ou traduzir o real, o discurso opera sobre ele. A análise do discurso, para Foucault (1996), não busca desvendar um sentido único, mas dar visibilidade ao jogo da rarefação imposta,



com um poder fundamental de afirmação. O discurso passa a ser a ordem das coisas, cuja existência se solidifica em seu poder de inscrição no real e em seu poder de verdade. Opera, portanto, sobre o que se põe aos nossos olhos, fazendo-nos ver, mas também atua sobre o que se esconde ou se exclui, impedindo-nos de ver e produzindo efeitos de verdade.

A discussão das questões acima elencadas tem como fonte a página do Facebook do MBL¹⁶, da qual retiramos alguns dos comentários de internautas sobre as exposições artísticas, dos quais destacamos os discursos de maior recorrência. Tais comentários são postados a partir de matérias sobre as exposições, publicadas nessa página do Facebook, com os seguintes títulos: “Após pressão popular, Santander volta atrás e encerra a mostra bizarra ‘Queermuseu’”; e “EXCLUSIVO: Museu de Arte Moderna de São Paulo faz evento com erotização infantil e gera revolta”.

Como já mencionado antes, a mostra *Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, em função de intensos protestos nas redes sociais, a maioria deles mobilizada pelo MBL, não concluiu seu tempo de exibição, pois foi encerrada pelo próprio banco que a patrocinou por receio de boicotes por parte da população e com a justificativa de que algumas obras poderiam desrespeitar símbolos e crenças religiosas¹⁷. Contudo, as imagens de crianças, associadas à sexualidade, a corpos nus e à diversidade de gênero, foram os chamarizes dos discursos de repúdio e censura da mostra, fortemente pautados na ideia de combate à pedofilia.

Esse pânico moral se acentuou quando, no mesmo mês (setembro de 2017), na estreia da 35ª Mostra do Panorama de Arte Brasileira, no Museu de Arte Moderna (MAM), em São Paulo, o artista Wagner Schwartz, ao realizar a performance *La Bête*, inspirada na série *Bichos*, de Lygia Clark¹⁸, tem partes de seu corpo nu tocadas por uma menina e sua mãe, que a acompanha nessa interação com a obra, na presença do público.

“Atentado contra a inocência infantil”; “falta de respeito à inocência”; “destruição total da ingenuidade infantil”; “declínio moral”; “pedofilia” são alguns dos discursos mais recorrentes que

¹⁶ Sobre a exposição *Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, ver <https://www.facebook.com/mblivre/posts/679961712127975> (acesso em 23/02/2018), e sobre a exposição no Museu de Arte de Moderna, de São Paulo, em que uma menina toca partes do corpo nu do artista, ver <https://www.facebook.com/mblivre/posts/695769767213836> (acesso em 23/02/2018).

¹⁷ Maiores informações em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html (acesso em 23/02/2018).

¹⁸ A série *Bichos* parte de trabalhos anteriores da artista que consistiram em criar quadros que ultrapassassem os limites da superfície, o que deu origem às obras que a compõe, que são esculturas simples e geométricas, em que cada parte toca a outra por meio de dobradiças, dando a ideia de uma linha orgânica. A proposta é a atuação do espectador na obra que, por sua profundidade, poderia trazer a ideia de obra viva (<https://www.escriitoriodearte.com/blog/artigos/bichos-obra-viva/> - acesso em 23/02/2018).



se fazem notar entre os comentários de internautas na página do Facebook do MBL. A inocência reacende como uma retórica que ganha centralidade entre grupos e pessoas conservadoras e consiste no discurso que, historicamente, produz modos de ser criança, fortemente marcados por lacunas de toda ordem: saberes, experiências, histórias, prazeres etc. Retórica essa que, ao nomear a infância, produz as crianças e arbitra sobre as suas vidas. Trata-se de um discurso moral que constrói vulnerabilidades, assumidas como naturalmente infantis, que fundamentam uma agenda social pautada exclusivamente na proteção das crianças e as rechaça da participação na vida pública (MEYER, 2007). Trata-se, ainda, de uma sexopolítica, que conduz a existência das crianças para uma única rota, guiada pelo regime sexual vigente, que mantém vigilantes as rígidas fronteiras entre o normal e o anormal (FERREIRA, 2016). O discurso da inocência, por tudo isso, nomeia os corpos e os prazeres das crianças, prescrevendo o que não lhes cabe ver, ouvir, tocar, falar, sentir, saber, desejar, viver, de modo a circunscrever uma subjetividade que só tem validade dentro de um mundo emoldurado. Consiste no próprio fundamento dessa moldura, que se fortalece historicamente ao ser enunciado em nome da proteção, do bem-estar das crianças e do futuro da nação. A integridade das crianças apresenta-se, por sua vez, como o álibi mais eficaz de manutenção e perpetuação do discurso da inocência como dispositivo de poder: “Os moralistas podem dizer que estão preocupados com as crianças, mas, na verdade, preocupam-se com a manutenção do regime sexual vigente ao exigir coerência e unidade à experiência infantil.” (FERREIRA, 2016, p. 56).

Essa infância inocente é, claramente, a que precisa ser preservada a todo custo e, portanto, a que ganha notoriedade nos apelos públicos de banimento e censura a qualquer situação social que abra possibilidades para a criança viver experiências que a libertem das amarras desse discurso. O episódio em que uma menina toca o corpo de um homem nu, acompanhada pela mãe, ainda que esse corpo se apresente como obra de arte, torna-se uma das situações sociais mais recentes de profanação dessa inocência e, conseqüentemente, da infância. Ao associar inocência à sexualidade, supostamente estampada no corpo nu do artista, o que se macula é a assexualidade da criança como verdade produzida pelo dispositivo da inocência, encarnada na imagem da infância pura, decente e virtuosa (MEYER, 2007): “(...) porque esse pessoal insiste em colocar crianças em coisas que há sexo.” Abalar essa imagem requer repúdio, punição e expiação social.

A comoção social mobilizada a partir da cena em pauta também se reverbera em função de ser uma menina a criança a quem os discursos de proteção, vulnerabilidade e preservação da inocência se destinam. Burman (2008) argumenta que sobre as meninas recai uma dose dupla de vulnerabilidade que as torna os alvos privilegiados da proteção, ancorada na idade (infância) e no



gênero (feminilidade). Desse modo, o discurso da inocência, ao operar nas dimensões do abuso e da proteção, intensifica a complexa articulação entre as imagens socialmente construídas de infância e feminilidade (BURMAN, 2008).

Se, por um lado, o enquadre das crianças é a sua proteção em nome da preservação de sua inocência, por outro, às famílias, que não cumprem, com exatidão e retidão, a função de proteger, cuidar e preservar, cabe a punição judicial: “Os pais dessa criança deveriam ser presos por permitirem isso”; “Essa mãe deveria ser presa, perder a guarda dessa criança.” Nessa teia de discursos, não estão apenas as crianças enredadas, mas também os adultos com quem elas se relacionam. Quando os lugares sociais fixos dos adultos, nas relações com as crianças, definidos como os que devem levar a cabo o seu desenvolvimento e a sua educação dentro da lógica do progresso e da perpetuação de uma moral a serviço do Estado-nação, se desestabilizam e se reconfiguram ao permitir-lhes construir experiências que escapam das redomas da inocência, a infância, também, é abalada estruturalmente. A mãe, o artista nu, o público, formado por adultos, que assiste à cena e nada faz, todos são protagonistas de um episódio de horror; tornam-se monstruosidades: “(...) deveria ser preso um monstro que coloca uma criança inocente pra participar de uma peça assim.” O apelo moral e a criminalização são os discursos que antecedem as experiências das pessoas envolvidas, totalmente anuladas em suas relações e histórias. O que importa é instituir, no corpo social, um pânico moral que convoca todos a apelos uníssonos de condenação daqueles que se relacionam com as crianças como pessoas que estão com os pés fincados no mundo e, assim, aprendem, conhecem, sentem, interagem e constroem sentidos e experiências com outras crianças e adultos. Estes afrontam o “sentido de ‘Moral’, ‘Família’ e ‘Dignidade’”, verdades que operam como fundamentos de julgamentos sumários sobre modos de ser e viver que, por suas diferenças, ameaçam esse jugo, mas, também, o subvertem ao mostrar que a existência é plural e não pode ser arbitrada e/ou condenada por ditames absolutos.

Poderíamos aqui conjecturar o que teria levado aquela mãe a propor à filha interagir com o corpo do artista, mas isto é o que menos nos interessa, até porque não temos resposta para essa questão. Contudo, fica-nos evidente que os sentidos de infância, assumidos e vividos na sua relação com a filha, são muito distintos dos que estão em voga nos discursos conservadores que circulam no cenário nacional. Sentidos esses que a mobilizam a explorar, junto com a menina, o corpo de um homem nu como obra de arte, tal como as peças, em miniatura, montadas com dobradiças que estão em seu entorno, e não o corpo de um homem nu erotizado, significado, nos discursos de repúdio e censura à exposição, como a materialidade de um potencial abusador da menina.



David Le Breton (2013), em suas análises sobre a construção social do corpo na modernidade, destaca a consagração do corpo anatômico, a ser dissecado para ser compreendido e sentido como um objeto dotado de uma mecânica em busca de um funcionamento perfeito, graças ao saber biomédico. Esse corpo, portanto, é arrancado do humano e transforma-se em um corpo-máquina, euclidiano, que perde os seus laços com o cosmos, tão estreitos na vida e nas experiências do medievo. Nesse sentido, o corpo, na vida moderna, representa uma posse, a apropriação de um objeto que pode e deve ser investido, educado, socializado, corrigido, medicado e matematicamente definido. Esse corpo é o avesso do corpo grotesco, abordado por Mikhail Bakhtin (1996), na cultura popular medieval, como aquele marcado pelas protuberâncias, orifícios, pelo “baixo material” (p. 23) corporal, que estão abertos ao mundo e por onde o mundo neles penetra. O corpo grotesco contesta o corpo liso, asséptico, higienizado e disciplinado da modernidade, bem como a rigorosa separação que a burguesia declara entre este e a vida social. Mais do que separação, Le Breton (2013) afirma que a socialização ocidental operou – e opera – um apagamento do corpo, posto em prática por meio de ritos de evitamento e regulação dos contatos físicos, dentre os quais, está a proibição da nudez. A modernidade é “inóspita ao corpo. Ela se estabelece sobre o fundo de uma negação ritual das manifestações corporais.” (LE BRETON, 2013, p. 209).

A censura e o repúdio, que se fazem presentes nos discursos em tela, não apenas reiteram esse apagamento do corpo, mas lhe imprimem o sentido de monstruosidade. Nesses discursos, o corpo nu do artista simboliza o grotesco, aquele que, mesmo na condição de linguagem artística e, portanto, como possibilidade de ruptura com a vida cotidiana e com a literalidade do mundo, não pode existir. Os sentidos de monstruosidade e do grotesco são reforçados mais ainda quando esse corpo nu é tocado por uma criança.

Os discursos e performances sobre o corpo erótico – mais visível hoje do que nas décadas passadas –, presentes tanto no *Queermuseu* quanto na 35ª Mostra do Panorama de Arte Brasileira, trazem à tona corpos/textos outros que estão aí, que se configuram na fratura dos acontecimentos, que simbolizam – desfilam, dançam, cantam –, sofrem, são violentados, assassinados e empurrados para o abismo todos os dias (ALEXANDRE, 2017). Um desses corpos foi visibilizado para ser tocado por uma menina acompanhada por sua mãe, quase como a dizer: “Esses homens não são enunciadores de enunciados; são eles próprios a enunciação e o enunciado, justapostos no seu corpo” (VILELA, 2001, p. 249). A criança, como na história *As roupas novas do Imperador* (ANDERSEN, s/d), é aquela que vê e denuncia que o rei está nu, quando todos negam. Talvez como espectadora, a criança, nessa performance, supomos, seja aquela que toca todos esses corpos



aí “a partir de uma ressonância interior de pele – o toque do outro” (VILELA, 2001, p. 251) para nos lembrar que eles têm direito à existência digna em plenitude de igualdades e direitos.

Enquanto conceito ético, a *dignidade humana* deve ser interpretada no lastro de sua ligação com o *acontecimento* concreto. Ela só poderá surgir como significante a partir de sua incorporação no espaço do acontecimento histórico, tornando-se, assim, fundamental nomear como acontecimento a *barbárie*. Os acontecimentos possuem, então, uma sintaxe que, ao ser integrável no sentido da historicidade do presente, fá-los adquirir visibilidade e dignidade (VILELA, 2001, p. 246, grifos da autora).

Trata-se de um toque que se enuncia como forma de comunicação, luta e resistência contra a barbárie.

5. Considerações finais

As questões levantadas no início deste texto nos desafiam a continuar buscando possibilidades de reflexões. Não foi a intenção dos caminhos traçados oferecer respostas definitivas, mas pôr em movimento ideias que continuem a problematizar os gêneros e sexualidades como saberes e expressões potentes de inventividade (da vida).

A intenção de “pôr em movimento” tem o desafio de aproximar e misturar as fronteiras entre gêneros, sexualidades, infâncias e arte, buscando deslocamentos de pensamento para revisar conceitos e saberes sobre esses temas fronteiriços. O caminho escolhido consiste em analisar as produções e expressões artísticas contemporâneas em que as imagens, o toque, o corpo adulto, o corpo infantil, a genitalidade e a heteronormatividade da sexualidade, o binarismo de gênero, a maternidade e a família são interpelados pelos movimentos conservadores radicais na grande mídia, tais como redes sociais *on-line* e *off-line*.

As censuras e os ataques nas redes sociais sobre os dois exemplos de expressões artísticas trazem os modos como a infância e as práticas de educação e cuidados das crianças são marcadas por projetos sociais que visam esquadrihar e emoldurar as trajetórias de gênero e sexualidade em suas vidas. A criança é compreendida como não protagonista dos desejos, totalmente dirigida pelo corpo e pelas ações dos adultos, os quais, muitas vezes, diante das diferentes expressões dos prazeres sexuais e expressões de gênero, criam um pânico moral, conduzido pela heteronormatividade e por conceitos de masculino e feminino como referências exclusivamente biológicas e genitalizadas.



Quando a sexualidade entra em cena, acionam-se os discursos que tentam “pôr no caminho correto” o desejo. A infância requisitada parece transitar da inocência ao preparo para a heterossexualidade. Nas análises de Foucault (2006), a sexualidade não é silenciada, mas se faz presente na sua forma atestada como legítima: a heterossexual. No entanto, para chegar a ela, há a necessidade de se pensar a criança como sujeito da inocência, do não saber sobre o sexo e a sexualidade, para que não seja corrompida ou desviada.

O discurso é o da proteção, com o qual se produz um caminho que expurga e amordaça expressões de infâncias, gêneros e sexualidades que são dissidentes da normalidade e da heterossexualidade. No contexto apresentado, a arte e a infância vão sendo enredadas nas discursividades produtoras de normalidade sob o argumento da proteção. A infância protegida deve, portanto, ser vigiada, controlada e bem conduzida para que seu produto final – o adulto – reflita o progresso, a normalidade e a continuidade dos valores patriarcais e heteronormativos, que perpetuam a família ideal e a humanidade. Além disso, a proteção da infância aparece como um discurso que, a cada dia, tem se reverberado nas políticas conservadoras atuais, pautadas na convergência entre a moralização e o ultraliberalismo econômico (MIGUEL, 2016), que trazem, para a pauta da educação das crianças e de seu desenvolvimento, a moralidade, a produtividade e o empreendedorismo como as rotas ideais da vida.

Retomando Preciado (2013), o que está em questão é: quem estamos protegendo? No encontro das sexualidades com as infâncias, parece que o que se defende é um sistema que impõe direitos, sob o argumento da proteção individual. A defesa é de um rol de normas que predeterminam o modo como a expressão das sexualidades e dos gêneros devem ser vivenciadas por cada um de nós, desde muito cedo.

Referências

ALEXANDRE, Bruno do Prado. *Sobre corpos que “não podem” aparecer: memórias de escola nas narrativas de pessoas travestis*. 2017. 146fs. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2017.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

AZEREDO, S. M. A encrenca do gênero nas teorizações em psicologia, *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 175-188, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. 3. ed. São Paulo; Brasília: EdUnB; Hucitec, 1996.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 2. ed. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.



- BRAIDOTTI, Rosi. *Feminismo, diferencia sexual y subjetividad nomade*. Barcelona: GEDISA, 2004.
- BURMAN, Erica. *Developments: child, image, nation*. London: Routledge, 2008.
- BURMAN, Erica. Desenvolvimento desejado? Contribuições psicanalíticas para o antidesenvolvimento psicológico, *A peste*, v. 1, n. 2, São Paulo, p. 269-294, jul./dez. 2009.
- BURMAN, Erica. Limits of deconstruction, deconstructing limits, *Feminism & Psychology*, vol. 25, n. 3, p. 408-422, 2015.
- BURMAN, Erica; STACEY, Jackie. The child and childhood in feminist theory, *Feminist Theory*, vol. 11, n. 3, p. 227-240, 2010.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. *Bodies that matter – on the discursive limits of “sex”*. New York: Routledge, 2011.
- COSTA, Claudia de Lima; AVILA, Eliana; ANZALDÚA, Gloria. A consciência mestiça e o "feminismo da diferença". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 691-703, Dec. 2005.
- FERREIRA, Marcelo Santana. Sobre crianças, sexopolítica e escrita de si, *Revista Polis e Psique*, vol. 6, n. 1, p. 51-64, 2016.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I – a vontade de saber*. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- GALEFFI, Dante Augusto. Educação estética como atitude sensível transdisciplinar: o aprender a ser o que se é propriamente, *Em Aberto*, Brasília, v. 21, n. 77, p. 97-111, jun. 2007.
- GALINDO, Dolores; CAZEIRO, Felipe; SERRA, Arthur; LEMOS de SOUZA, Leonardo. LGBTs e gêneros banidos? notas genealógicas sobre projetos de Lei no Brasil, *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 22, n. 2, p. 253-264, abr./jun. 2017.
- HANDERSEN, Hans Christian. *As roupas novas do imperador*. Coleção Conta pra mim. São Paulo: Editora Ridel, s/d.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados – a questão da ciência para os feminismos e o privilégio da perspectiva parcial, *Cadernos Pagu*, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n.5, p. 07-41, 1995.
- HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista. In: TADEU, Tomaz (Org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 33-118.
- HOLM, Anna Marie. *Fazer e pensar arte*. São Paulo: Museu de arte moderna de São Paulo, 2005.
- JENKINS, Henry. Introduction: childhood innocence and other modern myths. In: JENKINS, Henry. (Org.) *The children’s culture reader*. New York and London: New York University Press, 1999, p. 1-37.
- LAURETIS, Teresa. Tecnologias de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa B. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- LE BRETON, David. *Antropologia do corpo e modernidade*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- LEMOS de SOUZA, Leonardo. Gêneros, sexualidades e políticas cognitivas na escola. In: SALGADO, Raquel Gonçalves; MARIANO, Carmem Lucia Sussel; LEMOS de SOUZA, Leonardo. (Org.). *Gênero, sexualidade, diversidade e educação*. Cuiabá: Edufimt, 2016, p. 55-56.
- LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação, *Estudos Feministas*, UFSC, ano 9, 2º semestre 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>, acesso em 13/02/2018.



- LOURO, Guacira Lopes. *O corpo estranho*. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MEYER, Anneke. The moral rhetoric of childhood, *Childhood*, vol. 14, n. 1, p. 85-104, 2007.
- MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordça no parlamento brasileiro, *Revista Direito e Práxis*, vol. 07, n. 15, p. 590-621, 2016.
- OSTROWER, Fayga. *Criatividade e processos de criação*. 22. ed. Petrópolis, Vozes, 2008.
- PRECIADO, Paul B. Transfeminismo y micropolíticas de género en la era farmacopornográfica, *Arteconexto*, Madrid, p. 1-3, 2009.
- PRECIADO, Paul B. Multitudes queer – notas por una política de los “anormales”, *Revista Multitudes*. Paris, 2003.
- PRECIADO, Paul B. Quem defende a criança queer? *Jangada-crítica, literatura, artes*, n. 1, Viçosa, p. 96-99, jan./jun., 2013.
- RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade, *Cadernos Pagu*, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003.
- RUBIN, Gayle. *Tráfico de mulheres – para uma economia política do sexo*. Recife: SOS Corpo, 1993.
- SÁEZ, J. El contexto sociopolítico del surgimiento de la teoría *queer*. De la crisis del SIDA al Foucault. In: CÓRDOBA, D.; SÁEZ, J.; VIDARTE, P. *Teoría queer*: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. Madrid: Egales, 2007. p. 67-76.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica, *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.
- SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Hozironte: UFMG, 2010.
- VILELA, Eugênia. Corpos inabitáveis. Errância, filosofia e memória. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. *Habitantes de Babel*: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 233-253.

